

• Política

CONSTITUINTE

Órgãos públicos terão de fornecer informações solicitadas

por Andrew Greenlees
de Brasília

A Comissão de Sistematização da Constituinte aprovou ontem princípio pelo qual "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações verdadeiras, de interesse particular, coletivo ou geral, ressalvadas apenas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

Por 65 votos a 28, foi rejeitada proposta do deputado José Genoíno (PT-SP) no sentido de se suprimir a ressalva final do texto. O deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR) apoiou: "O conceito de segurança do Estado tem levado a arbitrariedades e a segurança da sociedade é um termo vago, podendo impedir as informações verdadeiras de que fala o texto". O relator substituto, José Fogaça (PMDB-RS), rebateu dizendo que o estado democrático deve ser protegido contra "espões e informantes externos".

Uma emenda do deputado Darcy Pozza, do PDS gaúcho, eliminou a expressão: "e órgãos privados com função social de relevância pública" do parágrafo original, mantendo apenas o princípio para instituições públicas. O deputado explicou que a forma original poderia inviabilizar o sigilo bancário, industrial e de negócios. 72 constituintes acataram a emenda de Pozza e 16 foram contrários.

O plenário da Sistematização, ao analisar este tema, aprovou pela primeira vez uma emenda popular, patrocinada pelo plenário pró-participação popular na Constituinte e Movimen-

to Gaúcho pela Constituinte. Com 372 mil assinaturas, a proposta prevê que "as informações requeridas serão prestadas no prazo da lei, sob pena de crime de responsabilidade".

Ainda na sessão de ontem, a Sistematização decidiu que "nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, nos crimes comuns, quando estes tenham sido praticados antes da naturalização ou nos casos comprovados de envolvimento em tráfico internacional ilícito de drogas e entorpecentes, quando a forma de extradição será definida em lei". A inclusão dos traficantes foi feita por iniciativa do deputado paulista, Francisco Rossi, do PTB.

Entre os parágrafos votados ontem está também aquele que define o Brasil como um país que concede asilo político a perseguidos em outras partes do mundo.

No setor de direitos autorais, a Comissão aprovou por 87 votos a zero o seguinte texto: "É livre a expressão da atividade intelectual, artística e científica, sem censura ou licença. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. É assegurada a proteção, nos termos da lei, às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humana, inclusive nas atividades esportivas".

A sessão de hoje deverá ser bastante polêmica, já que o assunto a ser discutido é o direito à propriedade e herança.

Cronograma da Comissão pode ser modificado

por Andrew Greenlees
de Brasília

A mesa diretora da Constituinte analisará hoje a possibilidade de adiar o prazo para que a Comissão de Sistematização vote o substitutivo do relator Bernardo Cabral. Pelo regimento em vigor, o processo, nesta fase, deveria estar concluído na próxima quinta-feira e, em tese, os parlamentares teriam chegado ontem ao artigo 168, metade do trabalho. Não concluíram, porém, o artigo quinto.

Diversos constituintes apresentaram pedidos de adiamento, com prazos diferentes, mas a comissão acabou aprovando a sugges-

tão do deputado Oscar Correa Filho (PFL-MG), que propôs um período "de até trinta dias" a partir da próxima quinta-feira para a conclusão dos trabalhos. A decisão final, no entanto, caberá à mesa diretora da Constituinte, presidida pelo deputado Ulysses Guimarães.

O relator Bernardo Cabral concordou com a necessidade do adiamento. Mas insistiu na viabilidade de se aprovar definitivamente a nova Carta constitucional antes do final do ano. Anteriormente, Cabral havia admitido que os trabalhos se acabariam estendendo até o próximo ano.

REGISTRO

"Constituição só estará pronta depois de abril"

"Mantida a atual sistemática de trabalhos não teremos a nova Constituição antes de abril." A previsão é do senador Marcondes Gadelha (PFL-PB). No entanto, ele não atribui responsabilidade por isso à Comissão de Sistematização, mas sim ao que chama de "erro de metodologia" adotado desde o início da Assembléia Nacional Constituinte, segundo a agência EBN.

O senador paraibano explicou que, no início, o regimento foi muito aberto — tanto que foram criadas 24 subcomissões para receber sugestões de toda a sociedade. Mas, passada aquela fase, o regimento adotou uma rigidez tal que sequer deixou margens para que o relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), fizesse ajustes necessários às emendas de mérito.

DIREITO

"Os professores estiveram em Brasília para pedir à Assembléia Nacional Constituinte para lhes assegurar, na futura Constituição do Brasil, um direito que eles já têm." A frase é do deputado Solon Borges dos Reis (PDT-SP), ao registrar, no plenário da Assembléia Nacional Consti-

tuante, a movimentação dos professores brasileiros, no sentido de terem atendidas suas reivindicações, entre elas a que lhes garante aposentadoria especial.

O deputado disse, segundo a agência EBN, que o que está acontecendo na Comissão de Sistematização "de maneira estranha" é que se pretende tirar do professorado brasileiro, com mais de 1 milhão de representantes, o direito que lhes foi assegurado há muito tempo.

Solon Borges dos Reis comentou que desde a Carta de 1946 os professores do Brasil têm direito a uma aposentadoria especial. Esse direito foi tirado pela Constituição de 1967, mas foi reconquistado em 1981, quando o Congresso Nacional, por unanimidade, aprovou emenda na Constituição restabelecendo o direito dos professores à aposentadoria especial.

O deputado disse que, se a Assembléia Nacional Constituinte quer realmente levar a sério a obra de educação, tem que partir do plenário de que "qualquer esforço para melhorar o ensino no Brasil tem que passar, necessariamente, pela valorização do educador".